

Emprego ajuda a reduzir a miséria em Estados mais ricos

Ana Paula Grabois
Do Rio

A redução da miséria brasileira em 2006 foi mais intensa nos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná na comparação com 2005, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) elaborado com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Mato Grosso do Sul, a população miserável caiu 29,56%; em Santa Catarina, 26,23% e no Paraná, 24,91%. Na média do país, o nível de miséria teve redução de 15% (a maior queda desde 1992), o que significou a saída de 6 milhões de pessoas desta condição. No Maranhão, a queda foi de 9,73% e em Alagoas, de 11,34%. Estes Estados também são aqueles com maior número de miseráveis, por isso a queda é menos intensa.

Na avaliação do economista Marcelo Neri, responsável pela pesquisa da FGV, a maior redução

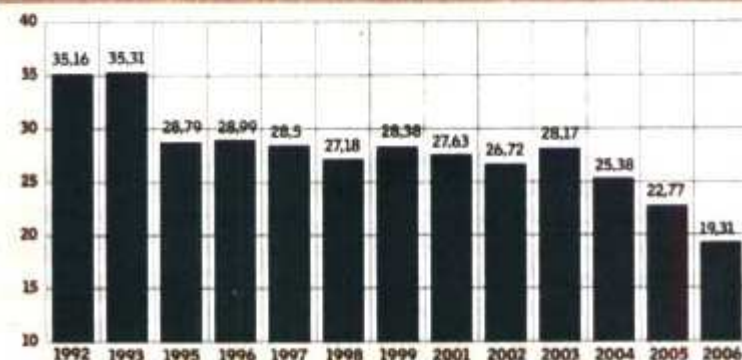
nos três Estados com vocação agrícola tem relação com o aumento da renda do trabalho, ao contrário do que ocorreu com a média do país, impulsionada pelo Bolsa Família e pelo efeito do reajuste do salário mínimo acima da inflação sobre as aposentadorias do INSS. A FGV considera miserável a pessoa com renda mensal domiciliar per capita abaixo de R\$ 125.

O economista destaca que os níveis de escolaridade nestes locais são maiores, o que permite um aumento da renda menos desigual. "São Estados onde a pobreza já era mais baixa e onde já existe capital social mais elevado", afirmou. Na média do Brasil, a renda originada em transferências governamentais (Bolsa Família e aposentadorias) cresceu 12% em 2006, enquanto a renda do trabalho subiu 7,2%.

Neri ressalta que o país vive um crescimento similar ao da China ao destacar o crescimento de 9,1% da renda média per capita originada pelo trabalho e pelas transferências governamentais. "Não são os

O recuo da pobreza

Proporção de pobres sobre o total da população* - em %



Fonte: Pnad/IBGE. *Nos anos de 1994 e 2000 não houve divulgação da Pnad

mesmo números das Contas Nacionais. O Brasil da Pnad mostra um crescimento chinês. A pesquisa coloca uma questão importante: somos um Haiti ou uma China?", diz Neri. De acordo com as Contas Nacionais do IBGE, o PIB cresceu 3,7% no ano passado, taxa comparável ao Haiti.

O economista da FGV ressalta que além da renda estar crescendo em taxas elevadas, a miséria che-

gou pela primeira vez a uma taxa inferior a 20%, de 19,3%, acompanhada pela redução da desigualdade. Em 2006, a renda dos 10% mais pobres cresceu 57,5%, enquanto a dos 10% mais ricos subiu 6,8%. "A grande conquista brasileira é a enorme redução da desigualdade, que embora continue alta, tem proporcionado uma forte redução da pobreza", disse Neri.

Outro fator para o ritmo mais

forte do crescimento da renda é a geração de postos de trabalho. De 2003 a 2006, foram abertos 8,7 milhões de postos de trabalho no país. Neri prevê que o número vai ultrapassar a marca dos 10 milhões até o final de 2007, o que reforça a previsão de que o crescimento da renda per capita neste ano será mais estrutural e apoiado no emprego e na renda.

"A projeção do ano que vem é que a renda vai crescer com base mais no emprego, na recuperação do salário e menos em transferências do governo porque o reajuste do salário mínimo foi menor e a expansão do Bolsa Família em 2007 vai ser pequena", disse Neri.

Os dados confirmam a reversão da pobreza nas metrópoles, também relacionada ao aumento do emprego. Segundo o estudo, 14% da população metropolitana é formada por miseráveis, menor taxa já registrada. "Além disso, o Bolsa Família passou a atender essas áreas", pontua Neri.

O estudo também compara a

queda da miséria dos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) a miséria acumulou redução de 27,7%, enquanto nos oito anos de FHC, o nível de miseráveis na população caiu 24,3% — 23% no primeiro mandato. Para Neri, isso não significa um pior desempenho do ex-presidente FHC. "O Fernando Henrique estabilizou a economia, universalizou a educação, começou a trilhar pelos programas focalizados de combate à pobreza", disse.

Já o governo Lula, diz o economista, deu continuidade à estabilidade e ampliou os programas sociais. O Bolsa Família atinge hoje 25% da população. "O presidente Lula é o pai dessa recente redução de pobreza, mas o avô é o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso", afirmou. Defensor do Bolsa Família, Neri é contra o reajuste do salário mínimo como forma de distribuição de renda, devido ao efeito sobre as contas da Previdência.